

REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE: a especialização do produtor é a solução?

REESTRUCTURACIÓN DE LA CADENA DE PRODUCCIÓN DE LA LECHE: ¿la especialización del productor es la solución?

Evandro César Clemente

Doutorando em Geografia Pelo Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP,
Campus de Presidente Prudente-SP, membro do GEDRA (Grupo de Estudos sobre
Desenvolvimento Regional e Agricultura) e coordenador do curso de Geografia da UNIJALES
(Centro Universitário de Jales).
evandroclemente@yahoo.com.br

Antonio Nivaldo Hespanhol

Doutor em Geografia e professor dos cursos de graduação e Pós-Graduação em
Geografia da FCT/UNESP, membro do GEDRA (Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento
Regional e Agricultura), Campus de Presidente Prudente-SP.
nivaldo@fct.unesp.br

Resumo

A partir dos anos 1990, a cadeia produtiva do leite no Brasil passou por um profundo e brusco processo de reestruturação produtiva, decorrente da exigência do resfriamento e da granelização do transporte do leite. Neste contexto, os pequenos produtores não-especializados tenderiam a ser excluídos do setor e permaneceriam somente os capitalizados com condições de responderem às novas exigências, intensificando a concentração de capitais e de renda no setor. Porém, a questão deve ser olhada com maior cautela e ponderação, devido a grande heterogeneidade de sistemas produtivos existentes no país, além dos fatores locais e de resistência dos produtores. Apesar da tendência dominante à especialização e à marginalização dos não-especializados, defendemos que deve ser viabilizada a permanência dos pequenos produtores não-especializados com o intuito de garantir renda aos produtores e ofertar alimento às classes menos favorecidas do país.

Palavras-chave: Reestruturação da cadeia produtiva do leite. Meio técnico-científico-informacional. Pequena produção. Especialização. Associativismo.

Resumen

Desde la década de los años noventas la cadena productora de leche brasileña ha experimentado un inesperado y profundo proceso de reestructuración en su producción en lo concerniente a la refrigeración y a la distribución. En este contexto los microproductores pudieran ser excluidos de estas nuevas exigencias de mercado, sobreviviendo solamente los grandes productores. No obstante, esta consideración debe ser tomada con más cautela dado la gran heterogeneidad del mercado lechero brasileño,

sumando a ello las necesidades locales y las resistencias de los productores. Pese a la inercia a la modernización de los grandes sectores y a la marginación de los pequeños productores, nosotros creemos que debe permanecer la subsistencia entre los unos y los otros con la finalidad de asegurar los medios de sustento a los agricultores y a la gente mas necesitada del país.

Palabras clave: Reestructuración de la cadena productiva de leche. Medio tecnico-científico-informacional. Las pequeñas estructuras de producción. Especialización. Asociacionismo.

Introdução

O principal objetivo do trabalho foi analisar e compreender a situação dos pequenos produtores não-especializados na produção de leite da Região de Jales, frente ao processo de reestruturação, pelo qual o setor passou em fins dos anos 1990 e início do século XXI.

A reestruturação produtiva, que atingiu o setor lácteo a partir dos anos 1990, resultou em significativas transformações no processo produtivo, em razão da busca pela ampliação da produtividade e da competitividade, num mercado em que a concorrência se tornou cada vez maior a partir da abertura comercial externa e da formação do MERCOSUL, além de outros fatores, como a estabilização monetária e a implementação de uma legislação sanitária mais rígida.

Todas estas mudanças terminaram por fragilizar cada vez mais a situação dos pequenos produtores de leite, que de maneira geral, são constituídos por pequenos proprietários rurais que dependem da renda gerada pela atividade. Em muitos casos, chegaram a ser marginalizados da produção formal de leite, por não terem condições de atenderem às novas exigências sanitárias.

Isto tem se tornado preocupante, na medida em que a pecuária leiteira, diferente dos demais produtos agrícolas, tem sido uma opção de renda aos pequenos proprietários rurais por garantir um fluxo regular de renda ao longo do ano, contribuindo para garantir a sua reprodução social e permanência no campo.

Diante dessa situação, Galan; Jank (1998) entre outros autores, têm apontado como saída para o produtor, a realização de investimentos e a especialização na pecuária leiteira como a única maneira de viabilizar a permanência destes na atividade. Sendo

assim, neste trabalho centraremos nossa preocupação em analisar, se do ponto de vista do pequeno proprietário rural (pequeno produtor de leite) e do cenário econômico brasileiro para o setor lácteo, se a especialização na produção de leite, constitui-se na melhor alternativa para garantir a sua permanência na atividade.

Nossa discussão está embasada em dados e informações obtidos quando da realização da pesquisa de mestrado, que teve como recorte territorial a região de Jales, área em que ocorre o predomínio do trabalho familiar na agricultura, da pequena propriedade e da diversificação da produção agrícola. Nesta área a questão se reveste de maior preocupação, por conta do considerável número de pequenos produtores de leite não-especializados, mas que dependem da renda regular proporcionada pela atividade, algo que não é oferecido por nenhum outro produto agrícola.

Situação da pecuária leiteira brasileira antes dos anos 1990

Neste item buscaremos apresentar de maneira sucinta as condições em que se encontrava a pecuária leiteira no Brasil, antes do processo de reestruturação produtiva, que atingiu o setor nos anos 1990, visando proporcionar uma melhor compreensão do contexto em que esta ocorreu.

Entre os anos 1940 e o início dos anos 1990, o setor leiteiro no Brasil apresentou algumas características que merecem destaque, como: a) a pecuária bovina, de modo geral, estava enquadrada muitas vezes, numa lógica em que não se tinha como objetivo final a produção, mas sim, utilizá-la como reserva de valor nos períodos de inflação elevada e também em muitos casos, ela estava diretamente vinculada a especulação com a propriedade da terra; b) o leite foi um produto marginalizado no processo de tecnificação da agricultura brasileira; e, c) passou por um longo período de tabelamento pelo Governo Federal, o que desestimulou os produtores a investirem na melhorias da produtividade.

Até os anos 1990, a pecuária leiteira encontrava-se numa situação de atraso tecnológico e com baixa produtividade, em virtude do reduzido nível de inversão de capitais e tecnologias no setor. Uma das razões pelas quais as inovações tecnológicas não se estenderam até a produção de leite, reside também na maneira como o Estado atuou no setor lácteo, limitando-se a intervir efetivamente apenas na esfera normativa,

ainda que de maneira insatisfatória. O Estado, através das normas sanitárias, viabilizou o oligopólio do capital industrial sobre os produtos de origem animal (OLIVEIRA, 1981). A limitação do preço do leite pago ao produtor, que vigorou no período de 1945 a 1991, constituiu num fator limitante para que os laticínios e produtores rurais incorporassem tecnologia ao processo produtivo, já que os preços tabelados não proporcionavam retorno econômico satisfatório.

A baixa produtividade da pecuária leiteira também decorria do fato dela se constituir, muitas vezes, apenas num subproduto da pecuária de corte produzida em moldes extensivos, o que comprometia a produtividade e a qualidade do leite.

A partir dos anos 1960, o advento da agroindústria e dos processos de tecnificação da agricultura, fez com que a dominação do capital no campo passasse a ocorrer via a subsunção formal e também pela subsunção real do trabalhador rural. Capitais industriais, comerciais e financeiros passaram a dominar a produção agrícola, por meio da atuação direta na produção (caso do setor sucro-alcooleiro) e mesmo na circulação², sujeitando a renda da terra dos produtores que conservaram a propriedade da terra (nos casos da produção de leite, uva, fumo, e outros) (OLIVEIRA, 1981).

O Estado viabilizou o monopólio do capital sobre a produção agrícola. No caso do leite, grandes empresas estrangeiras como a Nestlé, a DANONE e uma imensa gama de pequenos, médios e grandes laticínios nacionais passaram a subsumir os produtores de leite. Estas empresas, mesmo não provocando melhorias na qualidade do produto, que não era interessante, tendo em vista o tabelamento, passaram a dominar e a extrair renda dos produtores, adotando como estratégia na época, a produção de derivados do leite, como queijos e iogurtes (OLIVEIRA, 1981).

Faz-se necessário esclarecer, que não se defende aqui uma redução do papel do Estado na sociedade ou na economia. Na verdade, compreendemos que o Estado deveria ter realizado uma intervenção no setor de maneira mais aprofundada, tendo por objetivo garantir a segurança alimentar das classes menos favorecidas e ao mesmo tempo assegurar renda aos produtores de leite, de maneira a estimular as inversões e melhorias no setor.

Como exemplo, o Estado poderia (e pode) lançar mão de diversas estratégias para atingir estes objetivos citados anteriormente, adotando várias ações simultaneamente, como a garantia de preços mínimos compensatórios (garantia de

remuneração justa) do leite aos pequenos produtores rurais, a partir da intervenção direta do Estado na aquisição do produto, utilizando-o para a execução de políticas sociais direcionadas às classes menos favorecidas. Além disso, poderia direcionar linhas de crédito em condições especiais para produtores de leite, em especial para os pequenos, visando estimular inversões no setor e melhoria da produtividade e da qualidade do produto.

Observa-se, portanto, que apesar do discurso oficial de garantir preços acessíveis às camadas de baixo poder aquisitivo através do tabelamento, e de se limitar apenas a baixar normas sanitárias para o setor, o Estado teve uma intervenção parcial na atividade, que se mostrou muito mais eficaz para garantir o avanço e o domínio de grandes capitais no setor, do que para estimular a produção e possibilitar o consumo pela população economicamente mais vulnerável.

A reestruturação da cadeia produtiva do leite nos anos 1990

Por conta do processo de mundialização em marcha, a partir dos anos 1990, a cadeia produtiva do leite passou a sofrer um profundo processo de transformações estruturais, que resultaram na formação de um ambiente extremamente competitivo. Tais mudanças derivaram diretamente da desregulamentação do mercado de lácteos (fim do tabelamento oficial), da abertura comercial externa (criação do Mercosul), da estabilização da economia brasileira a partir de 1994 (Plano Real) e da implementação de normas sanitárias mais rígidas para o setor, por meio do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL) (GALAN; JANK, 1998).

Em razão da defasagem (atraso) do setor lácteo nacional, decorrente dos 45 anos de tabelamento do leite, juntamente com a velocidade e a força das mudanças, as transformações e os impactos advindos deste processo de reorganização têm sido profundos.

A estabilidade da economia brasileira alcançada em 1994 com o Plano Real, também afetou a cadeia produtiva do leite. O leite e seus derivados apresentam elevada elasticidade-renda, de modo que o Brasil é um mercado em que ocorre o consumo de leite de maneira aquém dos níveis satisfatórios, por conta da insuficiente renda recebida por significativa parcela da sua população. A estabilidade econômica propiciada pelo plano real

provocou o aumento no consumo de leite e derivados pelas classes sociais de baixo poder aquisitivo, estimulando a produção de leite nas bacias leiteiras situadas nas zonas de cerrado do Brasil Central (GALAN; JANK, 1998).

Porém, a estabilidade e o crescimento da demanda por lácteos no mercado nacional, se deram juntamente com maior abertura comercial externa, a partir da formação do MERCOSUL e da integração da economia brasileira ao bloco. Com a diminuição das tarifas alfandegárias, o Brasil aumentou as importações de leite dos vizinhos Uruguai e Argentina, bem como da União Européia, que contam com sistemas produtivos mais eficientes e com subsídios agrícolas na origem, fazendo com que aumentasse a competitividade no mercado interno,¹ por conta do preço baixo do leite importado. O estabelecimento de uma forte concorrência externa aos produtores domésticos, fez com que houvesse redução nas margens de lucro, por conta da queda do preço do leite. Como conseqüência, esta redução da margem de lucro pôs em dificuldade todo o setor, sobretudo os sistemas de produção menos eficientes (GALAN; JANK, 1998).

Outro fator relevante nos anos 1990 para o setor lácteo, foi o grande crescimento apresentado pelo mercado do leite longa vida (UHT)². Isto fez com que mudasse o ponto de referência do preço do leite, do leite pasteurizado para o leite longa vida. Essa mudança trouxe impactos em toda a cadeia pela redução da margem de lucro, visto que os principais pontos de venda do leite UHT são os supermercados, que passaram a ter muita influência no preço do leite, em virtude do forte poder de barganha que as grandes redes possuem frente aos fornecedores (VILELLA; BRESSAN; CUNHA, 1999).

Além destes fatores, houve também por parte do Governo Federal brasileiro a implementação do PNMQL, com o intuito de melhorar as condições sanitárias do setor a partir de mudanças na legislação.

Assim, foi lançada pelo Ministério da Agricultura a Portaria 56, que exigia a granelização de toda a coleta até junho de 2002. Tendo em vista as dificuldades dos produtores em atender as novas exigências, as designações da Portaria 56 foram proteladas, e posteriormente, lançada a Portaria 51, que previa para julho de 2005, a granelização total do setor lácteo. Cabe salientar que a Instrução Normativa 51 entrou em vigor dia 01 de julho daquele mesmo ano. No entanto, em face das dificuldades em atender aos novos requisitos sanitários, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA),

órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, concedeu um prazo de seis (6) meses para a adequação aos novos parâmetros sanitários de qualidade do leite.

Todas as mudanças ocorridas no setor pelos fatores elencados anteriormente, levaram o setor a algumas mudanças apontadas por Galan e Jank (1998), como: a) liberalização e diferenciação de preços da matéria-prima, guerras de ofertas nas gôndolas dos supermercados, entrada de produtos importados, aquisições e alianças estratégicas no meio empresarial, ampliação do poder dos laticínios multinacionais e dos supermercados, ampliação da coleta a granel, redução global do número de produtores, reestruturação geográfica da produção e ampliação do mercado informal.

Todas estas mudanças nos anos 1990 fizeram com que a qualidade do leite passasse a ser prioridade de todos os elos da cadeia de lácteos. Nesta busca por qualidade, cresceu a importância do resfriador (tanque de expansão) na propriedade rural e a coleta do leite a granel. Por um lado, a granelização ampliou o pagamento diferenciado por volume e qualidade, por outro, tem dificultado e, até mesmo, expulsado do mercado formal, os produtores descapitalizados que não conseguem realizar os investimentos requeridos pela granelização³.

A reestruturação que vem assolando o setor tem aprofundado cada vez mais a heterogeneidade. Se as bacias leiteiras surgiram e desenvolveram-se, quase que isoladas umas das outras, hoje a heterogeneidade tem se aprofundado cada vez mais em razão da modernização de parte dos produtores e do atraso em que a grande parte deles ainda permanece, aumentando a distância entre eles. Para Galan e Jank (1998), a heterogeneidade se aprofundou em razão de uma legislação permissiva e o interesse dos produtores em produzirem simultaneamente leite e carne.

Cumprir lembrar, que estas mudanças apresentadas na cadeia produtiva do leite, vêm atingindo em maior ou menor grau, praticamente todos os setores da agricultura, e vem se dando como resultado da crise fiscal do Estado brasileiro a partir dos anos 1980, das inovações tecnológicas e do advento da globalização e do neoliberalismo, que provocaram mudanças estruturais nas formas predominantes de produzir da agricultura, que passou a buscar cada vez mais a flexibilidade, num contexto de crescente mundialização das relações econômicas.

Instaurou-se uma nova era técnica, em que a revolução ocorre na esfera da circulação, deslocando a economia do âmbito da produção (MOREIRA, 2000). Por conta

dessa intensa fluidez no território, hoje a cadeia produtiva do leite passou a apresentar maior mobilidade da matéria-prima e dos seus produtos, acarretando um processo de reorganização espacial da produção no território.

Santos (1994) salienta, que pela primeira vez na história da humanidade, existe a presença de um único sistema técnico superpondo-se aos demais sistemas técnicos precedentes. Este sistema técnico unificado, hegemônico, constitui-se na base material utilizada pelos atores dominantes da economia, da cultura e da política, onde se apóia o processo de globalização/mundialização vigente.

Graças aos novos sistemas técnicos, todos os lugares se uniram, convergiram. A história humana, sempre marcada por momentos divergentes, disparatados e dispersos, agora passou a ser convergente, na medida em que uma ocorrência pode ser imediatamente comunicada a qualquer outro lugar do mundo.

Para interpretar e analisar este novo ambiente que se formou e engendrar as transformações daí decorrentes, Milton Santos propôs o conceito de meio-técnico-científico informacional, destacando a crescente união que vem ocorrendo entre a ciência e a técnica, com ênfase na crescente relevância da informação nos dias de hoje. Para ele, o meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica deste novo período, pois a

[...] ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientifização e a tecnicização da paisagem. (SANTOS, p. 51, 1994).

O meio técnico-científico-informacional, que vinha sendo gestado desde o pós-guerra, acelerou-se. A produção flexível exigiu uma reorganização profunda das formas de produção e também da circulação na economia. Isso acarretou uma reestruturação geral das indústrias a partir dos anos 1970 no mundo todo e em todos os ramos de produção industrial, ocorrendo assim a emergência de novos espaços de produção e uma redefinição da divisão do trabalho.

O conceito foi formulado por Milton Santos a partir dos anos 1980 com o lançamento da sua obra “Espaço e método”. Doravante, este conceito foi sempre aprimorado e aprofundado nas suas obras subseqüentes.

O território passou a ser dotado cada vez mais de equipamentos que permitem uma ampla fluidez de capitais, pessoas, mercadorias e informações (SANTOS, 2001). Deste

modo, a circulação ganhou uma enorme importância no processo produtivo, de maneira que esta atualmente preside a produção, e não o contrário, como anteriormente ocorria.

O meio técnico-científico-informacional atingiu e se disseminou fortemente na produção agropecuária, que passou a ganhar novos conteúdos de tecnologia e informação e, portanto, novos usos. A este respeito, Santos e Silveira (2001) assinalam que:

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificar solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 118).

No entanto, verifica-se que a expansão do meio técnico-científico-informacional também não vem se dando de maneira homogênea pelo território, pelo contrário, se apresenta de maneira bastante seletiva, na medida em que tende a reforçar algumas regiões e enfraquecer outras. Por conta disso, as bacias leiteiras vêm assimilando de maneira distinta tais impactos, o que tem reforçado a heterogeneidade entre as mesmas. Porém, cumpre lembrar, que mesmo aqueles locais que não foram atingidos diretamente pelo meio técnico-científico-informacional, acabam sendo subordinados indiretamente, trazendo alterações para os processos produtivos locais.

É possível observar também uma reorganização espacial da produção em nível nacional, com algumas áreas que antes não tinham quase que nenhuma relevância para a produção nacional de leite, passaram a adquirir forte expressividade, como é o caso do Centro-Oeste e mesmo de áreas da região Norte do país.

No Brasil, o meio técnico-científico-informacional, por exemplo, criou as condições para a expansão da produção agrícola, sobretudo a de grãos, cada vez mais para o Centro-Oeste e o Norte do país, pois as novas tecnologias possibilitam aos produtores estarem conectados em tempo real às bolsas de valores de todo o mundo e aos bancos, mesmo estando distantes dos grandes centros, além de remeterem a produção a lugares e mercados distantes. Neste sentido, novos espaços passaram a ser atrativos para a instalação de agroindústrias, ao passo que outros passaram a perder plantas agro-industriais.

Criou-se uma produção de alimentos que está localizada a grandes distâncias, geralmente no Centro-Oeste, sob o domínio de grandes empresas globais (Cargill, Nestlé,

Bunge, etc) que estão sediadas no Sul e no Sudeste do país. Toda essa tecnologia disponível tem possibilitado ao capital no campo usufruir de meios de produzir em terras, cujo preço é bastante baixo, quando comparados aos do Sul e Sudeste.

Assim, as tradicionais áreas de produção de leite, localizadas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, vêm perdendo espaço para o contínuo avanço da produção no Centro-Oeste, sobretudo no Estado de Goiás. Galan e Jank (1998) e Vilela, Bressan e Cunha (1999), apontam alguns fatores que têm provocado o deslocamento da produção de leite para as zonas de cerrado do Brasil Central, destacando-se:

- o crescimento da demanda por produtos lácteos menos perecíveis, como o leite longa vida (UHT), que pode ser transportado a partir de regiões mais distantes;

- a estabilização econômica com o Plano Real a partir de 1994 desencadeou uma crise na pecuária de corte praticada com baixos índices de lotação por hectare. Neste sentido, a escala de produção passou a ser primordial, fazendo com que os pecuaristas antes dedicados à pecuária de corte passassem para a produção de leite;

- no cerrado, a proximidade da produção de grãos e de leite também estimulou o crescimento da pecuária leiteira; e,

- os incentivos do poder público através de linhas de financiamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas de juros mais baixas e prazos e carências mais altos que os oferecidos no sul e sudeste, fizeram com que muitos produtores passassem a se dedicar à produção de leite no Centro-Oeste para atender a crescente demanda do produto a partir do Plano Real.

As facilidades de circulação fizeram com que a produção de leite, passasse de uma situação de circuito regional de produção, assentada em bacias leiteiras, que pouco se comunicavam entre si, para um circuito espacial de produção. Apesar do aprofundamento da heterogeneidade estrutural e tecnológica das bacias leiteiras nos anos 1990, a produção das mesmas passou a ter um alcance nacional.

A fluidez espacial permitiu a integração entre os diferentes mercados e espaços de produção, no qual a concorrência entre eles passou a se dar de forma acirrada. A menor perecibilidade do leite e derivados, alcançada com a granelização e o leite UHT, fez com que produtos de procedências e níveis de qualidade diversos, passassem a disputar o mesmo setor geográfico de consumo. Neste cenário, o leite do cerrado vem se destacando por ser

mais competitivo que o leite produzido nas chamadas bacias tradicionais de Minas Gerais e de São Paulo.

Tabela 1 – Produção de leite no Brasil, nas macrorregiões e nos estados de São Paulo e Minas Gerais – 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2007

	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2007	2007/1995 Variação	2007/1990 Variação
Brasil	7.947.382	11.162.245	12.078.398	14.484.414	16.474.365	19.767.206	24.620.859	26.133.913	58,6	80,4
Norte	50.034	145.145	264.305	555.216	706.696	1.049.768	1.743.253	1.676.568	137,2	202,0
Nordeste	1.078.232	1.568.707	1.575.003	2.045.268	1.886.614	2.159.230	2.972.130	3.335.286	76,8	63,1
Sudeste	4.277.148	5.668.707	6.094.835	6.923.301	7.539.464	8.573.731	9.535.484	9.803.336	30,0	41,6
Sul	1.790.156	2.571.597	2.667.803	3.262.255	4.102.597	4.904.356	6.591.503	7.510.245	83,1	130,2
Centro-Oeste	751.812	1.208.088	1.476.452	1.698.374	2.238.994	3.080.121	3.778.490	3.808.478	70,1	124,2
Minas Gerais	2.356.149	3.218.337	3.667.490	4.290.800	4.762.543	5.865.486	6.908.683	7.275.242	52,8	69,6
São Paulo	1.331.984	1.844.122	1.781.004	1.960.781	1.981.844	1.861.425	1.744.179	1.627.419	-17,9	-17,0

Fonte: FIBGE – Produção Pecuária Municipal 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2007

Analisando a Tabela 1, percebe-se que a região Sudeste se destaca na produção de leite, ocupando o primeiro lugar, seguida pela região Sul. Porém, entre os anos de 1990 e 2007, pode-se observar um maior aumento (variação) da participação das regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sul sobre a produção nacional de leite, ao mesmo tempo em que se percebe um ritmo de menor crescimento da região Sudeste. Isso denota um deslocamento espacial, de maneira gradual, da pecuária leiteira em direção a outras áreas do país. Tomando-se individualmente o Estado de São Paulo, observamos que este apresenta variação negativa para o período, enquanto que para as demais áreas esta variação é positiva.

De acordo com Santos e Silveira (2001), no passado, a natureza do produto, condições e velocidade eram cruciais na determinação de certa organização do território, pois os ritmos agrícolas não podiam ser modificados e, portanto, havia uma necessidade de industrialização próxima aos mercados consumidores, em razão das dificuldades de conservação.

Exemplo concreto disso é o leite, em que no passado por conta das dificuldades de conservação do produto e de transporte, estruturaram-se bacias leiteiras em torno dos mercados consumidores. Com a reestruturação produtiva e a granelização, com a utilização de tanques de resfriamento nas propriedades rurais, caminhões

isotérmicos e o leite UHT, tornou possível a produção de leite em áreas distantes dos mercados consumidores, como o Centro-Oeste e nos Estados da região Norte do país.

Neste sentido, a reorganização espacial da produção de leite, conforme estamos tratando, se deu por conta das medidas reestruturantes, que foram tomadas no sentido de evitar a rigidez e buscar a flexibilidade no setor agroindustrial, nesta nova fase de acumulação capitalista, em que predominam medidas derivadas do padrão toyotista. Assim:

A flexibilidade (ou fuga da rigidez) foi o princípio norteador desse processo de reestruturação. Como um desdobramento, a reformulação das formas de organização das atividades produtivas e da estrutura administrativa esteve na base da estratégia de reestruturação da “agroindústria processadora”. Nesses termos, as empresas tiveram por objetivo fundamental a aquisição de maior mobilidade, visando ao aumento da capacidade de resposta aos novos contornos – internacionais e nacionais -, no centro dos quais situam-se profundas mudanças macroeconômicas e tecnológicas. (MAZZALI, p. 12, 2000).

Portanto, todas as mudanças ocorridas, concorreram para que todos os elos da cadeia produtiva passassem a buscar cada vez menores custos de produção e maior qualidade do produto, criando as condições para aproveitarem as vantagens e as maiores rentabilidades oferecidas por lugares distantes.

As exigências das empresas que atuam no setor, têm levado à diminuição do número de produtores de leite e gerado a especialização daqueles que se mantêm no processo, elevando a produtividade. Assim, grande parte dos produtores tem sido marginalizada por não apresentar escala mínima de produção, que justifique a aquisição de um tanque resfriador. Como alternativa, muitos destes produtores buscam o mercado informal, aproveitando as falhas da fiscalização sanitária.

Cabe lembrar, que mesmo antes do desencadeamento deste processo de reestruturação do setor, a estratégia de vender leite no mercado informal já ocorria. Muitos produtores recorrem a esta estratégia, de modo a auferir uma maior remuneração pelo seu produto, já que o preço pago pelos consumidores nas cidades é maior que o preço pago pelos laticínios. Também há a produção de queijos artesanais e a venda direta ao consumidor, como forma de agregar valor ao produto e obter melhor remuneração. Com a reestruturação, muitos produtores têm se refugiado neste mercado, de modo a continuar inserido no setor.

A coleta do leite nos moldes tradicionais era realizada nos tambores, que permaneciam na porteira da propriedade, na beira da estrada durante horas à espera da

coleta do caminhão do laticínio sob altas temperaturas, o que comprometia a qualidade do produto. Sob o ponto de vista da higiene e da qualidade, a granelização tem sido benéfica, contudo, do ponto de vista sócio-econômico, ela tem marginalizado e excluído do mercado formal os produtores que não conseguem responder às novas exigências.

Características da pecuária leiteira da região de Jales e os reflexos da reestruturação produtiva: a questão da especialização do produtor de leite

De acordo com estudo realizado por Galan e Jank (1998), em torno de 400 mil produtores de leite tendem a ser marginalizados em razão da reestruturação produtiva. Villela, Bressan e Cunha (1999) também corroboram esta assertiva da marginalização.

No caso da Região de Jales, a pecuária leiteira é relevante para os pequenos e médios proprietários rurais, por garantir um fluxo regular de renda o ano todo, algo que não é proporcionado por nenhum outro produto agrícola.

Em razão da descapitalização, grande parte dos produtores vem enfrentando dificuldades para permanecerem no setor, já que com as mudanças tecnológico-normativas, muitos não conseguem realizar as inversões de capital necessárias para atender as novas exigências, como a aquisição de tanque de resfriamento e ordenhadeira mecânica, melhorar a alimentação do rebanho, de modo a buscar uma maior produtividade e reduzir custos para sobreviverem neste novo cenário, que se apresenta extremamente competitivo.

Na Região de Jales predominam as pequenas propriedades rurais. A microrregião de Jales é constituída por 23 municípios⁴. Para a realização da pesquisa, entrevistamos aleatoriamente 80 (oitenta) produtores de leite em quatro municípios selecionados: no caso Jales, Palmeira d'Oeste, Santa Albertina e Urânia. Ao todo, estes quatro municípios, de acordo com dados do LUPA (Levantamento por Unidade de Produção Agropecuária), possuem 259 unidades produtoras somente de leite. Se incluirmos junto destas, as unidades de produção agropecuária que se dedicam ao leite e também à produção de carne, este número sobe para 2053 unidades. Portanto, os entrevistados perfazem 3,9% do total do número de produtores de leite nos quatro municípios, incluindo os produtores tanto de leite quanto de carne.

Verifica-se no gráfico 1, que a grande maioria dos produtores (89,59% do total) de leite entrevistados possui propriedades rurais com dimensões de até 100 hectares, sendo que 73,7% dos entrevistados, dispõem de propriedades com áreas inferiores a 50 hectares. E, por fim, apenas 10,5% possuem áreas entre 100 e 200 hectares.

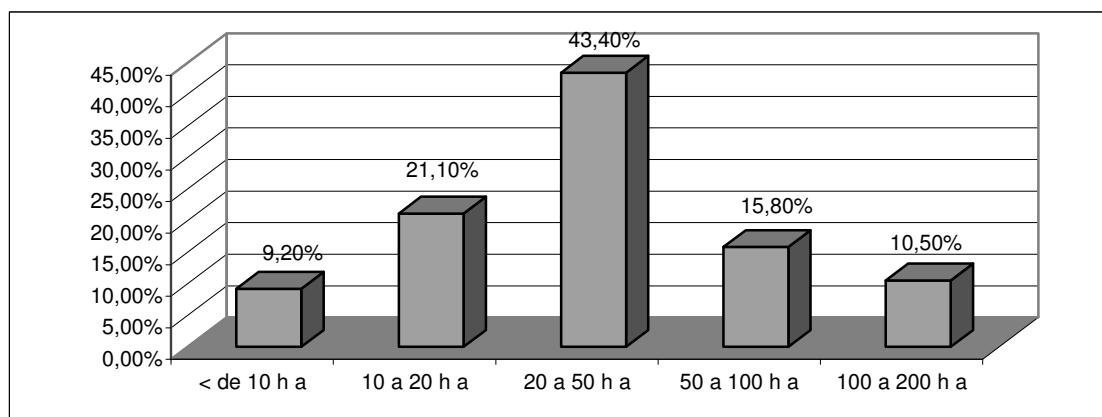


Gráfico 1 - Estratos de área apresentada entre os produtores de leite entrevistados

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

O predomínio de produtores de leite que são pequenos proprietários rurais vem corroborar o fato de que a pecuária leiteira, ao contrário da pecuária extensiva de corte, é praticada e é adequada aos pequenos proprietários rurais. No entanto, não se pode cair no equívoco de considerar automaticamente pequenos proprietários rurais como pequenos produtores, pois há tanto pequenos como médios proprietários que são grandes produtores de leite, podendo ocorrer também que grandes proprietários sejam pequenos produtores de leite.

Verifica-se que 55,5% do total de cabeças do rebanho regional são constituídas de bovinos que têm como finalidade a produção de carne e leite (gado misto), ou seja, predominam os produtores não especializados na produção de leite. Enquanto que os animais destinados somente à produção de carne perfazem 34,40%, e os animais especializados apenas na produção de leite, apenas 10,06%, de acordo com dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Projeto LUPA. Consideramos que a falta de especialização produtiva sempre foi um “refúgio” dos produtores frente às incertezas do setor no Brasil.

A pecuária bovina registrou um leve crescimento na região, pois de 1985 a 1996, ocorreu uma ampliação de 12,81% da área ocupada pelas pastagens, enquanto que

o efetivo do rebanho aumentou 10,11% no mesmo período. Estes dados vêm demonstrar que o aumento da produção da pecuária bovina regional, tem ocorrido sem incorporar ganhos de produtividade, pois o aumento do efetivo foi ligeiramente inferior à expansão da área de pastagens no período considerado.

A produção de leite da Região de Jales é inexpressiva, quando situada no contexto da produção de leite do Estado de São Paulo, visto que representa apenas 4,5% da produção estadual, apesar de possuir 5,6% das vacas ordenhadas do estado. Este quadro faz com que a produtividade da região fique em 2,43 litros de leite/vaca/dia, sendo, portanto, inferior à média estadual que é de 2,99 litros de leite/vaca/dia.

Tabela 2 - Número de vacas ordenhadas, produção e produtividade de leite na Microrregião Geográfica de Jales-SP (1980 – 2002)

Ano	Nº de vacas ordenhadas (cabeças)	Produção de leite (mil litros)	Produtividade litros/vaca/dia
1980	53.882	56.090	2,85
1985	55.535	53.534	2,64
1990	70.544	57.975	2,28
1995	72.160	55.115	2,12
2000	68.679	53.679	2,17
2002	71.814	57.214	2,21
2007	84.698	74.198	2,43

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – SIDRA – IBGE.

Comparando o número de vacas ordenhadas e a produção de leite na região, no período de 1980 a 2007, verifica-se na Tabela 2, que houve ampliação de 57,19% no número de vacas ordenhadas, ao passo que a produção de leite expandiu apenas 32,2% no mesmo período. Como consequência, a produtividade da pecuária leiteira regional decaiu no período, apesar das mudanças.

Alguns melhoramentos foram incorporados, como a substituição das pastagens naturais pelas plantadas, como também a utilização de defensivos e medicamentos animais. Porém, conforme apontam os dados analisados anteriormente, o índice de lotação ainda continua baixo, sendo 1,54 cabeça/hectare e a produtividade é ínfima, de apenas 2,43 litros/leite/dia.

Essa fraca produtividade da pecuária leiteira vem expressar também a desconfiança e o receio do produtor de leite em realizar grandes inversões de capitais no setor, que funciona no Brasil seguindo um quadro de forte instabilidade e com preços não muito compensatórios, mesmo após a desregulamentação do mercado em 1991. Pois com a desregulamentação, a abertura comercial externa e o processo de concentração e centralização de capitais que se seguiram nos anos 1990, os grandes laticínios e as grandes redes varejistas ampliaram o poder de formar/definir os preços do leite ao produtor.

Em face dessa realidade, além da descapitalização dos produtores, podemos apontar também que a baixa perspectiva de retorno ao investimento realizado na produção de leite, também desencoraja aqueles que possuem certo capital para realizar investimentos no leite.

O processo de granelização levado a cabo pelos grandes laticínios tende a diminuir o número de produtores e aumentar a produtividade e a produção individual dos que permanecem. Isto tem sido prejudicial aos pequenos produtores, mas tem diminuído os custos com frete para os laticínios e melhorado a qualidade da matéria-prima.

Como exemplo, podemos citar o caso da Nestlé, multinacional do setor que atua na região de Jales. Ela mantinha entrepostos de captação de leite em alguns municípios, onde posteriormente o leite era levado para Araçatuba, município onde a empresa possui uma planta industrial. Com a granelização, o leite passou a ser coletado diretamente no tanque resfriador das propriedades rurais e segue direto para o laticínio em caminhões com tanques isotérmicos, sem o custo da manutenção de entrepostos com funcionários, como acontecia anteriormente, além do que o caminhão pode passar recolhendo o leite a cada dois dias, reduzindo consideravelmente os custos com frete e melhorando a qualidade do produto. Cabe lembrar, que com o tanque é possível fazer duas ordenhas diárias, o que amplia a produção média por produtor.

Para os produtores “marginalizados” pelos laticínios, ficaram as seguintes alternativas: inserir-se no mercado informal ou se reunirem em organizações coletivas de produtores, como as Associações de Produtores de Leite de Jales. Esta última opção tem possibilitado o acesso ao tanque de expansão de maneira coletiva e também aumentado o poder de barganha destes frente ao capital industrial.

É considerado produtor especializado aquele que, mesmo não se dedicando exclusivamente à pecuária leiteira, possui um rebanho bovino especializado e vem investindo em tecnologias para aumentar a produtividade e a qualidade da sua matéria-prima. Portanto, o produtor especializado conta com ordenhadeira mecânica, tanque resfriador, fornece alimentação adequada ao rebanho como: pastagens, silagem, sais minerais, concentrados etc. Geralmente, os produtores especializados são os de médio e grande porte. No entanto, também muitos produtores de médio porte se enquadram na categoria de não-especializados.

Numa situação mais delicada no atual momento, encontram-se os produtores não especializados ou “marginais”, que geralmente acabam sendo aqueles considerados pequenos, com produção inferior a 100 litros/dia. Este grupo de produtores predomina na região, daí a preocupação com a manutenção destes na atividade. O impacto sócio-econômico resultante da reestruturação pode ter efeitos de grande magnitude se os produtores não-especializados forem realmente eliminados do setor. Conforme se observa pela Tabela 3, a presença destes produtores na região estudada é bastante significativa.

Tabela 3 – Classificação dos produtores entrevistados de acordo com a quantidade de litros/dia produzidos

Total litros/dia	Nº de produtores	Classificação	%
Até 100	56	Pequeno produtor	70,0
101 a 300	18	Médio produtor	22,5
301 e mais	6	Grande Produtor	7,5
Total	80	--	100,0

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Este grupo de produtores trabalha com equipamentos rudimentares e possui rebanho com baixa especialização produtiva (em geral rebanho “misto”). Tais produtores conseguem proporcionar uma alimentação adequada ao rebanho apenas no período da safra (das chuvas), enquanto que na entressafra (estiagem), não dispõem da alimentação necessária⁵, o que provoca grande redução no volume de leite produzido, e,

portanto, os impedem de auferirem melhores preços, visto que neste período a oferta de leite é menor e o preço tende a ser mais alto.

Neste grupo de produtores, verificamos na realidade e apesar de não aparecer na tabela, que ocorre ainda uma subdivisão, pois há aqueles que dependem exclusivamente do leite para a sua reprodução, praticam a pecuária leiteira de forma bastante rudimentar e dependem da renda obtida com a atividade. E também há produtores que tem no leite uma fonte adicional de renda, já que desenvolvem outras atividades.

Cumprе lembrar que, a grande questão envolvida para os pequenos produtores de leite, que geralmente são os “marginalistas”, é que o pequeno volume da sua produção não justifica os investimentos necessários para se adquirir um tanque de resfriamento. O menor modelo disponível no mercado tem capacidade para armazenar 200 litros de leite. Neste sentido, um pequeno produtor que produz apenas 60 litros/dia, terá uma grande ociosidade na utilização do tanque, elevando os seus custos de produção, já que além dos recursos financeiros necessários para a aquisição do tanque, haverá o consumo de energia elétrica para refrigerar pequena quantidade de leite, o que para ele nestas condições termina por não ser viável.

Especialização ou marginalização do produtor: a especialização é realmente a única saída para o produtor?

Diante das profundas mudanças que vêm atingindo o setor, autores como Galan: Jank (1998), Vilella; Bressan; Cunha (1999), entre outros, defendem a especialização do produtor como panacéia frente a todas as questões e incertezas que os produtores enfrentam atualmente, bem como medida para evitar a marginalização do setor.

No tocante à marginalização de considerável número de produtores, entendemos que em certa medida isso tende a ocorrer, pois conforme ressaltado, as mudanças deflagradas no setor foram profundas e tendem a acirrar a competitividade, de maneira a especializar os produtores de leite e, ao mesmo tempo, alijar da atividade parte dos que não se especializam ou que não encontrem nenhuma alternativa para permanecer produzindo. Porém, a marginalização destes produtores poderia ser evitada a partir de uma intervenção do poder público, visando assegurar renda ao produtor e

garantir condições de segurança alimentar à população de modo geral, algo que neste momento, por conta do predomínio de teses neoliberais, que defendem uma economia de mercado cada vez mais “livre” da intervenção do Estado, nos parece longe de ser realizável.

Observamos que na realidade da agropecuária brasileira, os preços dos produtos agrícolas pagos aos produtores rurais são definidos/regulados pela lei da oferta e procura. Por outro lado, existe um oligopólio orquestrado pelas agroindústrias processadoras e grandes laticínios no caso do leite, que passam a determinar os preços dos insumos e das matérias-primas agrícolas, que como no caso do leite, tendem sempre a serem ajustados para baixo, beneficiando as grandes empresas e prejudicando os produtores rurais.

A exceção refere-se aos períodos de entressafra, quando ocorre uma diminuição da oferta e o preço sobe sazonalmente. Porém, o produtor de leite não-especializado também comercializa menores quantidades do produto, o que o impede de auferir maiores vantagens em relação aos produtores especializados, que possuem condições de alimentar o rebanho na entressafra e assim aproveitar maiores margens de lucro.

Os grandes laticínios, a partir da abertura comercial externa nos anos 1990, passaram a importar leite em pó de outros países, não devido à insuficiente oferta no mercado brasileiro de leite, mas sim como estratégia para aumentar a oferta de leite no mercado interno e assim pressionar os preços pagos aos produtores/fornecedores para baixo.

Tudo isso somado ainda à iniquidade das poucas ações do poder público no sentido de melhorar as condições do produtor, compreendemos que a especialização tende, por um lado, a trazer benefícios aos produtores, como pagamento por qualidade e quantidade que são mais compensadores, mas por outro, tende a acentuar sua situação de vulnerabilidade frente ao mercado, por não terem alternativas nos momentos de crise. Isto sem contar que grande parte dos pequenos produtores, não tem condições de realizar os investimentos necessários para se especializarem, por estarem descapitalizados. E mesmo quando conseguem realizar algum investimento, existe um risco bastante elevado de não obterem retorno esperado pelas fortes oscilações nos preços do leite, que são muito instáveis no mercado brasileiro.

Analisando a variação dos índices de preços e do custo do leite ao longo das últimas décadas, em que foram lançados sucessivos planos econômicos visando a estabilização econômica, podemos constatar, conforme a tabela 04, que o preço do leite sempre tendeu a estar abaixo dos seus custos de produção, que como consequência, acabam não sendo compensatórios aos produtores rurais. Isto contribuiu para afugentar investimentos no setor.

Tabela 4 – Índices de variação do custo e do preço do leite ao longo dos planos econômicos de estabilização da economia brasileira (dados corrigidos pelo IGP-DI)

	Plano Cruzado	Plano Verão	Plano Collor	Plano Itamar	Plano Real
Custo total do leite	100	100	79	83	78
Preço do leite	100	88	87	85	75

Fonte: Adaptado a partir de Gomes (2009) < <http://www.ufv.br>>. Acesso em 07 de jul. 2009.

Atentando-se para os dados já na presente década para o ano de 2005, presentes na tabela 5, verifica-se que a situação é semelhante, com os preços pagos aos produtores sempre mantendo uma tendência de declínio, exceto nos períodos de entressafra, que vai de maio até setembro, em que a estiagem contribui para diminuir a oferta de leite no mercado, alavancando seu preço sazonalmente.

Outro fator importante a ser levado em consideração, diz respeito à diversidade e a heterogeneidade espacial da realidade brasileira e dos sistemas de produção de leite, aliados às estratégias de resistências dos produtores. As análises e conclusões devem ser ponderadas, de modo que muitos fatores e interesses podem estar influenciando nas mudanças e/ou manutenção de certos elementos dos sistemas produtivos de leite existentes no país. Como exemplo, podemos citar o interesse dos laticínios na manutenção da produção dos pequenos produtores, que individualizados não têm muita importância pela reduzida produção, mas somados adquirem um volume significativo que desperta interesse dos laticínios.

Tabela 5 - Comportamento de preços recebidos produtores de leite e preços pagos por consumidores de Derivados Lácteos, expressos em números-índices. Brasil. Dezembro de 2004 a Dezembro de 2005.

2004 – Dez	Produtor	Varejo
2005 – Jan	100,0	100,0
Fev	99,6	100,5
Mar	100,7	100,7
Abr	102,7	101,6
Mai	108,1	104,6
Jun	111,3	106,0
Jul	111,9	106,0
Ago	107,1	104,5
Set	96,0	102,9
Out	91,3	101,0
Nov	88,5	100,0
Nov	84,3	98,7
Dez	80,6	97,3

Fonte: Baseado em dados do IBGE e Cepea/USP. Adaptado a partir de informações obtidas em artigo no sítio da EMBRAPA, disponível em: < <http://www.cnpqi.embrapa.br/> > acesso em 07 de julho de 2009.

Devemos deixar claro que não somos contra as melhorias tecnológicas que trazem ganhos em produtividade, na sanidade e na qualidade do produto, no caso o leite, porém, alertamos para a tendência de se intensificar a vulnerabilidade do produtor frente às instabilidades e o forte domínio exercido pelos laticínios, que sempre buscam rebaixar o preço pago a seus fornecedores/produtores, que contraditoriamente, podem acelerar o processo de marginalização do setor destes produtores que se especializaram, porém com baixa capitalização. Este alerta é dado por conta das condições e características do mercado brasileiro de lácteos.

Porém, tendo em vista as condições instáveis e de alto risco apresentada pelo setor lácteo aos pequenos produtores de leite, bem como o forte poder de barganha dos laticínios para baixar os preços do leite ao produtor, consideramos que não é recomendável a realização de vultosos investimentos por parte dos pequenos produtores. Pois como grande parte deles está descapitalizada, eles terão que recorrer aos bancos, e mesmo com juros menores aos produtores agrícolas, os altos investimentos realizados por eles, tem grande chance de não serem compensatórios, inviabilizando assim a especialização produtiva.

Conforme analisamos anteriormente, o predomínio de um “rebanho misto” na região de Jales, que se destina tanto à produção de leite quanto de carne, constitui-se num “refúgio” do produtor nos momentos de crise e/ou preços baixos de algum produto agrícola. No mesmo sentido, também consideramos que a diversificação produtiva dos proprietários rurais que produzem leite, se constitui numa tentativa de ampliar suas

opções para auferir maior rentabilidade, aproveitando as oscilações de preços e os momentos oportunos pelos quais os preços agrícolas variam, e ao mesmo tempo também, uma estratégia para se protegerem das oscilações dos preços nos momentos de crise.

Isso é bastante visível na região de Jales, onde além da pecuária leiteira, os produtores pesquisados também se dedicam à produção de uva, de laranja, de gado de corte, de pinha, de café e de hortaliças. Na tabela 06, é possível verificar que 38,0% das unidades de produção, apesar de se dedicarem à pecuária leiteira, se dedicam a outras atividades agrícolas (CLEMENTE, 2006).

Tabela 6 – Culturas/produtos produzidos nas propriedades produtoras de leite⁶

produtos	Produtores %
Uva	15
Gado de corte	7
laranja	5
pinha	3
café	1
hortaliças	1

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro César Clemente.

Verifica-se na tabela 6, que dentre os produtos cultivados pelos produtores de leite se destacam a uva (14,50%), o gado de corte (6,60%), a laranja (5,30%), a pinha (2,60%), as hortaliças e o café.

Observa-se, portanto, que os proprietários rurais têm desenvolvido a fruticultura juntamente com a pecuária leiteira. A fruticultura, de acordo com Locatel (2000), é cultivada por oferecer um alto valor comercial aos proprietários rurais da região. Enquanto que a pecuária leiteira oferece maior liquidez, o que a torna bastante relevante para a reprodução social dos pequenos proprietários rurais. De modo que a maior liquidez possibilita ao proprietário rural saldar suas despesas cotidianas, como energia elétrica e despesas ligadas à reprodução social da família, como vestuário, alimentação, transporte, lazer e outros.

O que favorece a produção conjunta da uva com a pecuária de leite, é a reduzida área ocupada pela viticultura, que libera a maior parte das terras da propriedade para a formação de pastagens e a dedicação à pecuária leiteira, que, desta

forma, não exige grandes investimentos. Assim, a produção de leite junto com outras culturas agrícolas, tem sido bastante conveniente aos proprietários rurais da região, já que assim eles conseguem se proteger dos riscos que a atividade oferece. No entanto, tem sido um obstáculo à especialização destes na pecuária leiteira, pois de certo modo, isso obstaculiza a especialização deles no setor, por impossibilitarem maiores inversões de capital e maior dedicação à produção de leite.

Em trabalho publicado pela EMBRAPA no ano de 1999, os pesquisadores Vilella, Bressan e Cunha, argumentam que o grande número de pequenos produtores de leite no Brasil é um problema para a especialização. Eles acreditam que a reestruturação produtiva que vem ocorrendo no setor, acarretará a redução de um terço dos produtores do país. Para eles:

O grande número de produtores muito pequenos, além de tornar a especialização praticamente impossível, dificulta a disseminação de informações e encarece a coleta e o controle de qualidade do leite por parte da indústria e a fiscalização pelo governo. (VILELLA; BRESSAN; CUNHA, 1999, p. 10).

Esta visão apresentada pelos autores, de reduzir o número de produtores, se mostra bastante atrativa sob o ponto de vista dos laticínios, no sentido de diminuir custos do frete, ganhar produtividade e diminuir custos, aumentando assim a rentabilidade do capital. Porém, pelo lado da questão da distribuição de renda e da segurança alimentar, isso se apresenta de maneira negativa, pois cada vez tende a se acentuar o controle oligopólico dos grandes laticínios e concentrar cada vez mais a riqueza e a renda no setor, num país como o Brasil, que já apresenta uma tradicional e forte concentração de renda.

Reconhecemos que parte dos produtores tem sido realmente marginalizada no setor. Porém, tendo em vista a situação de alta concentração de renda e de subalimentação de significativa parcela da população brasileira, defendemos que é necessário garantir a permanência destes pequenos produtores de leite não-especializados, através de políticas públicas, como forma de evitar uma intensificação da concentração de riqueza e de renda no setor.

Neste sentido, é importante que estes produtores consigam melhorar suas condições de produção e de produtividade para que assegurem uma renda, e ao mesmo

tempo, aumentem a oferta de leite no mercado com o objetivo de garantir a segurança alimentar e o bem-estar das classes menos favorecidas no país.

Tais medidas se fazem necessárias a nosso ver, por conta de que a oferta de leite nos mercados urbanos do país precisa ser ampliada, pois o consumo médio de lácteos pela população brasileira é bastante baixo, aquém dos níveis recomendados pela FAO, que é em média de 400 ml/dia/*per capita*. A forte concentração e a desigualdade de renda no país, fazem com que as camadas mais baixas tenham uma renda insuficiente para a aquisição e consumo de leite em níveis satisfatórios, fazendo com que o consumo médio de lácteos no país seja de aproximadamente 130 litros/*per capita*/ano, enquanto que o consumo recomendado pela Organização Mundial da Saúde, é de 180 litros/*per capita*/ano.

Portanto, entendemos que esta fase de reestruturação, constitui-se num momento oportuno para buscar reverter essa situação através de políticas públicas coordenadas nas três esferas do poder público (municipal, estadual e federal), visando assegurar a melhor distribuição de renda no setor, com a manutenção dos pequenos produtores e ampliação da oferta de leite no mercado interno.

Diferentemente, portanto, da posição defendida pelos autores supra-citados, a viabilização dos produtores não-especializados é de fundamental importância para garantir renda a estes, evitando acentuar a já forte desigualdade social no campo, além de aumentar a oferta de produtos lácteos num mercado interno sub-abastecido.

Um fato curioso é que os mesmo autores admitem que no Brasil, existe uma demanda por lácteos reprimida, em função da má distribuição de renda, mas defendem a idéia de que o grande número de produtores é um empecilho à especialização produtiva do setor, por questões de custos e logística de coleta do produto, além de obstaculizar a especialização do produtor.

Os mesmo autores, portanto, salientam que por conta da demanda reprimida de lácteos e da alta elasticidade-renda que o setor apresenta, existe uma grande demanda reprimida, e que o crescimento do poder aquisitivo das classes mais baixas geraria a ampliação da demanda por leite e a produção interna não seria suficiente para supri-la, havendo a necessidade de importar quantidades cada vez maiores do produto.

Assim, para Vilella, Bressan e Cunha

A elasticidade-renda da demanda de lácteos é próxima da unidade, ou mesmo superior a ela, e há uma grande procura reprimida. Se a renda *per capita* crescer e for um pouco menos mal distribuída, o *déficit* entre produção e consumo se ampliará, para gáudio de nossos fornecedores estrangeiros. (VILELLA, BRESSAN e CUNHA, 1999).

Compreendemos que deve-se estimular o aumento da produção interna de leite para suprir este *déficit*, através da manutenção dos produtores não-especializados, como maneira de estender o consumo para as pessoas que atualmente não têm poder aquisitivo para consumir leite. Para isso, são necessárias medidas que visem melhorar as condições de produção, de maneira a frear um processo ainda maior de intensificação da concentração de renda no setor, e garantir a soberania alimentar da população mais pobre do país.

Diante das mudanças que vêm ocorrendo, os estudiosos da questão apontam a especialização do produtor como a panacéia para todos os problemas enfrentados pelos produtores de leite considerados não-especializados. Na verdade, compreendemos que os pequenos produtores de leite, na atual conjuntura, precisam ser amparados por políticas públicas adequadas que viabilizem a permanecência deles no setor. Pedroso (2001), ao analisar a situação da pecuária leiteira no Estado do Rio Grande do Sul, adverte que para o cenário nacional, nem sempre a especialização será capaz de resolver todos os problemas dos produtores. Para a referida autora,

A maior especialização não representa garantia de maior produtividade ou maior renda. Portanto, a não especialização da atividade leiteira não implica a exclusão dos produtores. Um sistema que produza em menor escala de produção, com poucos investimentos, sejam eles em tecnologia, instalações, genética de matrizes, rações..., poderá oferecer um patamar de renda satisfatório para a família rural. Produções com menor incorporação de tecnologia podem ser mais produtivas e terem resultados mais favoráveis em comparação à produção mais tecnificada. Tal situação ocorre quando, ao analisar a produtividade obtida com a tecnologia mais avançada, percebe-se que não houve uma resposta de aumento capaz de compensar os custos mais elevados das práticas novas adotadas. (PEDROSO, 200, p.82).

Percebe-se, que dada às incertezas e os baixos preços pagos pelo leite aos produtores, a especialização não é a solução mais apropriada para grande parte deles, pois conforme dito anteriormente, os altos investimentos na produção podem não ser compensatórios nesta realidade brasileira. Porém a autora reforça a importância do leite na geração de renda no meio rural, mesmo sem a realização de grandes investimentos e

sem grande incorporação tecnológica, o que o torna viável o empreendimento leiteiro para os pequenos produtores.

Com a reestruturação produtiva, os produtores não-especializados têm encontrado como estratégia a organização em associações de produtores de leite. Portanto, neste novo cenário, as associações de produtores de leite têm sido a maneira mais apropriada para conseguirem se fortalecerem e enfrentarem os desígnios do capital industrial no setor. Elas começaram a surgir na Região de Jales a partir do ano de 2001, quando foi fundada a APROLEITE – JALES – Associação dos Produtores de Leite do Município de Jales. Os baixos preços do leite recebidos pelos produtores e a iminência de serem excluídos do setor motivaram a fundação da associação.

Posteriormente, outras associações foram criadas em municípios da região. Atualmente existem 14 associações de produtores de leite. Elas estão sediadas nos seguintes municípios: Aspásia, Dirce Reis, Jales, Nova Canaã Paulista, Paranapuã, Pontalinda, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, São Francisco, Três Fronteiras e Vitória Brasil (CLEMENTE, 2006).

Para os produtores de leite não-especializados, as associações têm garantido a permanência na atividade, bem como propiciado um maior poder de barganha na definição dos preços frente ao capital industrial (laticínios), já que o leite deles é resfriado em único tanque, e os laticínios têm adotado o pagamento por qualidade e quantidade, remunerando melhor o leite resfriado (qualidade) e os maiores volumes individuais de produção (quantidade). Com isso, o grande volume resfriado de leite ofertado pela associação, tende a melhorar os preços recebidos pelos seus associados.

Em alguns municípios da região, o poder público municipal vem estimulando os produtores a se organizarem em associações. Cumpre lembrar, que a formação das associações de produtores de leite também tem sido interessante para os laticínios, na medida em que elas “reúnem” a produção de leite, antes “dispersa” entre diversos produtores, os quais passaram a entregar a produção em conjunto, possibilitando uma considerável redução nos custos com frete. Além disso, a pequena produção de leite vem desempenhando um importante papel para os laticínios, que tem recorrido aos pequenos produtores, como estratégia para aumentar o volume de produção, sobretudo

nos momentos de expansão da demanda. Pedroso (2001) analisando este contexto no Estado do Rio Grande do Sul assevera que:

Caso os produtores de leite do estado sejam considerados individualmente, não há como contestar que a grande maioria é responsável por pequenos volumes de produção. No entanto, avaliados em conjunto, representam um forte e indispensável componente para atender os consumidores que constantemente estão demandando um grande volume de leite. Os pequenos produtores de leite têm atuado como um importante elemento para abastecer as indústrias. Para expandir o volume de leite captado diariamente, a indústria tem recorrido aos pequenos produtores. Nesse sentido, foi estabelecida uma relação de interdependência, entre a indústria e os pequenos produtores, na qual ambos são beneficiados. (PEDROSO, 2001, p. 102).

Neste sentido, como os laticínios agora pagam por qualidade e quantidade, as associações vêm garantindo melhores preços aos produtores associados em relação aos produtores individuais, pois verificamos que em média, os produtores organizados em associações, têm recebido em torno de 0,20 centavos de reais a mais por litro de leite, do que os produtores individuais, que não contam com o tanque resfriador.

Como na Região de Jales existe um grande número de produtores de leite não-especializados e com produção reduzida, as associações garantiram o fornecimento da produção destes aos laticínios, já que individualizadas não despertam o interesse da indústria, porém somadas as produções individuais alcançam um montante significativo para os laticínios.

As associações vêm atendendo, portanto, simultaneamente interesses dos pequenos produtores e também do capital industrial, que indiretamente, tem criado as condições para a permanência dos pequenos produtores de leite. Neste sentido, Oliveira enfatiza que: “O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizam o consumo dos produtos industriais no campo” (OLIVEIRA, 1995, p. 479).

Tanto é verdade que as associações têm servido aos interesses do capital industrial, que nos lugares onde não existe associação de produtores, os laticínios têm empreendido esforços no sentido de implantar tanques de resfriamento comunitários, de modo a não perder o fornecimento dos pequenos produtores.

De maneira a minimizar a situação de subordinação ao capital industrial, seria necessário, juntamente com a ação do poder público, aproveitar a estrutura e a mobilização dos produtores rurais nas associações e facilitar a montagem de uma mini-usina de processamento e beneficiamento do leite dos produtores de todos os

municípios da região, de forma a agregar valor ao produto, permitindo o fortalecimento frente aos ditames do capital industrial, e ao mesmo tempo possibilitando melhor remuneração a eles. No mesmo sentido, Savitci *et al* (1998), argumentam que as mini-usinas: “(...) vem se consolidando como meio de agregação de valor ao produto, aumentando a parcela da margem de comercialização detida pelo produtor” (SAVITCI *et al*, 1998, p.07). Cabe lembrar, que esta proposta deve se efetivar com as mini-usinas estando sob o controle dos produtores de leite, que deveriam ser auxiliados pelo poder público.

No caso específico da Região de Jales, seria interessante a criação de um consórcio ou de uma central, que reunisse as 14 associações de produtores de leite para a implantação de uma planta de beneficiamento, contando também com a atuação do poder público local, Estadual e Federal.

Autores como Vilella; Bressan; Cunha (1999), Jank; Galan (1998), Paulillo; Herrera; Costa (2002), Wilkinson (1993), que argumentam e apontam a exclusão/marginalização dos produtores de leite não-especializados como um fato inevitável, devem ser analisados com ressalvas, pois conforme observou-se na Região de Jales, o próprio capital industrial tem se incumbido de gerar as condições para a manutenção dos pequenos produtores de leite, seja através dos tanques comunitários ou da formação de associações de produtores. Tal estratégia empreendida pelos laticínios facilita a extração da renda da terra do pequeno produtor de leite. Além disso, a legislação sanitária para o setor tradicionalmente sempre foi falha, o que oferece lacunas que permitem a ação do produtor no mercado informal, comercializando leite diretamente com o consumidor. Diante dessa questão, Pedroso (2001) alerta que:

A afirmação que propaga a exclusão de produtores é precipitada e preconceituosa. Os produtores de leite estão conseguindo superar as dificuldades e demonstram interesse em dinamizar a atividade leiteira. Contudo, são poucos os que podem fazer essas alterações sozinhos, os demais precisam de tempo e auxílio. É necessário destacar que a exclusão de produtores da atividade leiteira não é inevitável. Para tanto é preciso que haja empenho dos produtores que busquem se organizar de modo a tornarem-se fortalecidos para que consigam superar essa situação adversa. Contudo, há produtores que estão descapitalizados e desmotivados, à mercê da própria sorte, esses tendem a ser excluídos. (PEDROSO, 2001, p. 105).

A estratégia de fortalecer os produtores não-especializados de leite, torna-se essencial para a geração de emprego e renda no campo, além de possibilitar um aumento da oferta do leite num mercado sub-abastecido como é o caso do Brasil, onde a

maior parte da população tem um consumo de produtos lácteos muito abaixo do recomendado. Além disso, em face das exíguas ações do poder público e os riscos que a realidade brasileira apresenta para o setor, faz com que a especialização dos pequenos produtores de leite, seja algo que, ao invés de representar a solução para o risco de exclusão do setor, possa definitivamente decretar a sua completa marginalização do setor. A saída, no momento, tem sido a organização destes em associações de produtores e a busca pelo mercado informal.

Considerações Finais

A pecuária leiteira constitui-se numa fonte segura de renda aos pequenos e médios proprietários rurais da Região de Jales. Mesmo com todas as dificuldades enfrentados pelos produtores de leite, a atividade garante um fluxo regular de renda o ano todo. Esta renda é utilizada pelos pequenos proprietários rurais para cobrir despesas da família, o que tem contribuído para a viabilização de sua reprodução social e manutenção no campo.

A partir dos anos 1990, devido às mudanças implementadas no setor lácteo pelo governo, como a desregulamentação do setor em 1991, liberando o preço do produto, a abertura comercial externa e a implementação de normas sanitárias mais rígidas, redundaram numa reestruturação profunda do setor, alterando a organização espacial da atividade e aumentando a preocupação da indústria com a qualidade e a produtividade. Todas estas transformações, de acordo com alguns pesquisadores, como Galan; Jank (1998) têm apontado no sentido do desaparecimento de um terço dos produtores brasileiros no momento em que a Portaria 51 entrasse em vigor.

Em face das mudanças e tendo em vista as lacunas tradicionalmente existentes na fiscalização sanitária brasileira, a mobilização dos produtores em associações e o próprio interesse dos laticínios, em garantir a produção dos pequenos produtores, via a disponibilização de tanques de resfriamento comunitários, são fatores relevantes que têm contribuído para evitar a eliminação dos produtores de leite na região estudada.

Dado também a inércia do poder público para com o setor e a alta instabilidade do mercado brasileiro de lácteos, em que existe o domínio dos grandes laticínios, que têm o poder de forma/definir os preços, consideramos que a realização de altos

investimentos para a especialização na produção, por parte dos pequenos produtores de leite, seja algo que irá lhe aumentar ainda mais os custos de produção numa situação de baixo retorno econômico. Diante disso, neste cenário a especialização dos pequenos produtores não é recomendada.

Na Região de Jales, a partir do início da presente década, os produtores de leite não-especializados se mobilizaram e passaram a se organizar em associações de produtores, frente às dificuldades de se manterem produzindo individualmente. Como a região possui um grande número de produtores que apresentam um volume de produção modesto, tal estratégia tem se mostrado bastante interessante também ao capital industrial, que assim garantiu a oferta de matéria-prima, além de se isentarem dos procedimentos de coleta, transporte, refrigeração e análise do produto, que agora estão a cargo dos próprios produtores auxiliados pelo Poder Público Municipal, em alguns casos, reduzindo assim os custos para os laticínios.

É bom lembrar que, além da descapitalização do produtor não-especializado, no Brasil, o setor lácteo apresenta grandes incertezas que impedem até mesmo os que ainda detém algum capital, de investirem no setor, já que os preços do leite no país, à exceção dos períodos de entressafra, tendem sempre a variar pra baixo, deixando de ser compensatórios ao produtor.

Para que haja realmente a especialização dos pequenos produtores, é indispensável a atuação do poder público, na formulação de políticas que valorizem os pequenos produtores e amenizem os efeitos perversos do processo de reestruturação do setor para eles. Também é importante atenuar a subordinação dos produtores aos ditames do capital industrial, agregando valor ao produto.

Tendo em vista que as associações de produtores estão, de certo modo, subordinadas ao capital industrial, seria interessante que o poder público nas esferas nacional, estadual e local, deflagrassem medidas conjuntas, de maneira a possibilitar a estes produtores a montagem de mini-usinas de processamento e beneficiamento do leite sob o controle dos próprios produtores, para que obtenham melhor remuneração e reduzam assim sua dependência dos laticínios.

Notas

(1) Nos anos de 1997 e 1998 ocorreu a triangulação de produtos oriundos de países que integram a União Européia e da Nova Zelândia via Mercosul, a preços que caracterizaram a prática de *dumping*. O leite importado da Argentina, na verdade tinha como origem outros países. O produto entrava pela Argentina em razão da alíquota mais baixa da TEC, vindo posteriormente ao Brasil, onde os produtos lácteos são exceções à TEC (tarifa externa comum). Algumas medidas foram tomadas, como a elevação da alíquota TEC, e a partir de então, a triangulação já não ocorre mais. (STEVANATO, 2002).

(2) O leite longa vida (UHT – Ultra High Temperature; UAT – Ultra – Alta Temperatura) é um leite homogeneizado submetido a um processo de rápida elevação de temperatura (entre 130° C e 150° C). O tempo aproximado dessa elevação varia de 2 a 4 segundos; um processo térmico de fluxo contínuo imediatamente resfriado a uma temperatura inferior a 32° C e embalado em condições assépticas em embalagens estéreis e hermeticamente fechadas (PAULILLO, HERRERA e COSTA, 2002).

(3) A granelização do leite refere-se à utilização de tanques de resfriamento do produto na propriedade, bem como a utilização de caminhões isotérmicos para transportar a produção da propriedade até o laticínio.

(4) De acordo com a regionalização do IBGE, a Microrregião Geográfica de Jales é constituída de 23 municípios, os quais são: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, São Francisco, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

(5) Nos períodos de seca é necessário fornecer ração, silagem, ou outro tipo de alimentação para suprir a falta de pastagens e evitar queda na produção, o que conseqüentemente, não o permitirá obter melhores preços pelo leite neste período de entressafra, em que a oferta é menor.

(6) Por conta da natureza e do objetivo primordial da pesquisa, todos os produtores apresentados automaticamente já produzem leite, de modo que os produtos citados são produzidos em consonância com o leite na propriedade rural.

Referências

CLEMENTE, E. C. **Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales-SP**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP / Presidente Prudente, 2006.

DE NEGRI, J. A. “5 Lácteos”, in GASQUES, J. G, et al. **Competitividade de grãos e de cadeias selecionadas do agrusiness**. Texto para discussão N°. 538. Brasília, Janeiro de 1998, p. 145 – 161.

EMBRAPA: **Quem ganha com esta crise?** Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

FIBGE. **Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995-96**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. FIBGE: Rio de Janeiro.

_____. **Base de Informações municipais (Pesquisa Pecuária Municipal)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2004.

GALAN, V. B; JANK, M. S;. **Competitividade do Sistema Agro-industrial do Leite**. 1998. 271p. Relatório de Pesquisa: ESALQ - PENZA – USP - São Paulo.

GOMES, Sebastião Teixeira Gomes. **O leite nos planos de estabilização**. Artigo disponível em: < <http://www.ufv.br/>>. Acesso em 07 jul. 009.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização "em rede". São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. **In: Boletim Paulista de Geografia.** Nº 58, São Paulo: AGB, set/1981, p.5-64.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandir L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil.** EDUSP: São Paulo, 1995.

PAULILLO, L. F. O; HERRERA, V. E; COSTA, A. A reestruturação agroindustrial Láctea e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto-SP. In: PAULILLO, L. F; ALVES, F. (Org.). **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional.** São Carlos: EDUFSCAR, 2002, p. 153-221.

PEDROSO, G. D. **Setor leiteiro:** as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PPGDR, UFRGS / Porto Alegre, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.

SAVITCI, L. A. et al. Usinas de Beneficiamento de leite: otimização de empreendimentos de pequeno porte. **Revista Informações Econômicas.** São Paulo: Vol. 28, nº 12, dez. de 1998.

STEVANATO, A. S. **A produção de leite na região de Presidente Prudente-SP:** o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP). 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), – Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP / Presidente Prudente, 2002.

VILELLA, D; BRESSAN, M; CUNHA, A. S. **Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite no Brasil.** Brasília: MCT/CNPq/PADCT, Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1999. 211p.

WILKINSON, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira.** Campinas: MCT-FINEP-PADCT, 1993.

Artigo recebido em maio/2009 e aceito para publicação em junho/2009.